

## **POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DOS RESÍDUOS: UM LONGO CAMINHO CURTO OU UM CURTO CAMINHO LONGO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Vinícius Ferreira Baptista<sup>1</sup>, Amanda Bergh Navarro<sup>2</sup>, Heloisa Helena Albuquerque Borges Quaresma Gonçalves<sup>3</sup>, Paulina Aparecida Marques Vieira Albuquerque<sup>4</sup>, Isabella Garcia Rocha<sup>5</sup>, Geiza Maria Hamazaki da Silva<sup>6</sup> e Clarissa de Mello Braga Teixeira Bianco<sup>7</sup>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ [viniciusferbap2007@hotmail.com](mailto:viniciusferbap2007@hotmail.com)<sup>1</sup> Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ [anynak@hotmail.com](mailto:anynak@hotmail.com)<sup>2</sup> Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ [heloborges11@gmail.com](mailto:heloborges11@gmail.com)<sup>3</sup> Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ [paullymarques@yahoo.com.br](mailto:paullymarques@yahoo.com.br)<sup>4</sup> Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ [isabellagr90@hotmail.com](mailto:isabellagr90@hotmail.com)<sup>5</sup> Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ [geizahamazaki@gmail.com](mailto:geizahamazaki@gmail.com)<sup>6</sup> Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ [caissa\\_kaka@hotmail.com](mailto:caissa_kaka@hotmail.com)<sup>7</sup>

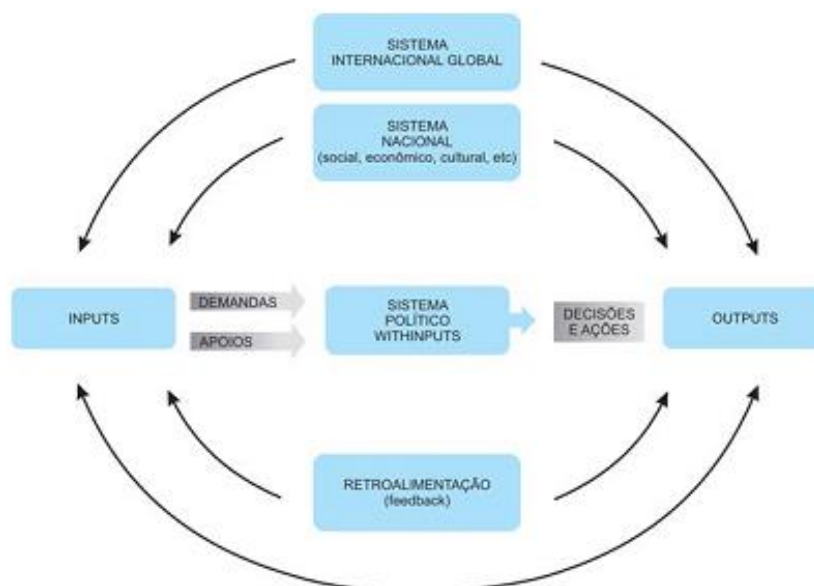
### **Introdução**

O objetivo é apresentar resultados e discussões parciais da avaliação de mérito e relevância do primeiro ano da experiência de implantação do Decreto nº. 5940/06, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, na fonte geradora, e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. A experiência é imbricada na extensão, pesquisa, ensino e gestão universitária, numa instituição federal de ensino superior, localizada no estado do Rio de Janeiro. O processo de implantação é vinculado a operacionalização de 51 atividades de um plano de ação (2012-2014) elaborado pela Comissão Central de Coleta Seletiva Solidária – 3C2S. O plano foi construído, desde o planejamento de suas atividades, por meio de metodologia participativa e dialógica, com a inclusão de: duas presidentes de cooperativas de materiais recicláveis, pró-reitorias de Planejamento, de Extensão e Cultura, de Administração, coordenação de Engenharia, integrantes da Comissão Central da Coleta Seletiva Solidária (3C2S), estudantes bolsistas, estudantes voluntários e convidados externos. Os fundamentos que perpassam o processo de implantação estão alinhados às bases da pesquisa-ação, pesquisa participante e economia de comunhão baseada na liberdade. As práticas das diretrizes da educação ambiental e políticas públicas para a sustentabilidade socioambiental são objetos de sinalização à comunidade acadêmica, pois, todos são responsáveis pela operacionalização das atividades. O problema de pesquisa que está sendo investigado é até que ponto a implantação de políticas públicas no âmbito da sustentabilidade socioambiental pode ser um longo caminho curto ou um curto caminho longo em Instituições de Ensino Superior.

### **Material e Métodos**

No Modelo Sistêmico de Easton (1968), as políticas públicas são respostas do ambiente, que vai além do ambiente político em si; compreendem os ambientes institucionais, econômicos, socioambientais e transnacionais. Nesse ambiente, as estruturas estão interconectadas e

interrelacionadas para que haja alocação de valores. Observe a Figura 1, a seguir, e entenda o modelo.



**Figura 1.** O Modelo Sistêmico de Easton. Fonte: RUA, 2009.

As forças (demandas e apoio) que afetam o sistema político compreendem os *inputs*, enquanto que o ambiente é “qualquer condição ou circunstância definida como limite externo ao sistema político”, e os *outputs* são as alocações imperativas de valores do sistema, expressas nas decisões e políticas públicas (RUA, 2009; EASTON, 1968). As demandas podem ser reivindicações por bens e serviços ou por participação no sistema político; já os apoios não necessariamente estão vinculados a cada demanda ou política específica. Esses podem ser ativos ou passivos e afirmativos ou negativos. Os apoios ativos se referem aos atos conscientes e deliberados, enquanto que os passivos não exigem esforço especial por parte dos atores envolvidos, sendo também resultado de conformidade obtida. Os apoios afirmativos se expressam na legitimação e credibilidade. Enquanto que os negativos se expressam na negação da legitimidade (RUA, 2009). Os *inputs* de demanda não estão restritos ao ambiente doméstico, podem ser também advindos do plano internacional. Entre os subsistemas presentes nos apoios e demandas estão os subsistemas econômico, social, cultural, político e ambiental. Um terceiro aspecto desse modelo sistêmico está nos *withinputs*, que expressa demanda e apoio e distingue-se dos *inputs* por serem provenientes do próprio sistema político: os agentes do Executivo (ministros, burocratas, tecnocratas), os parlamentares, os governadores de Estado e o Judiciário (RUA, 2009). As políticas públicas compreendem a materialização de interferência em determinada realidade, por meio de processos que buscam gerar produtos cujo objetivo é produzir efeitos transformadores na realidade. É por meio de produtos que surgem ou não os efeitos esperados, ou seja, tanto os produtos quanto os efeitos são previsíveis e constatáveis. Os efeitos podem ser positivos (que se pretende desencadear) ou negativos (que se deve mitigar). Já um conceito de difícil precisão é o de impacto. RUA destaca que os impactos podem ser previsíveis ou não, pois “não se relacionam diretamente com o produto ou a causa”. Devido a uma relação indireta e mediada, suscetível a diversas interveniências, os impactos podem ser positivos e negativos e

ISSN 2236-0476

ainda “podem variar no tempo e na intensidade, além de se espalhar por áreas muito diferentes daquelas em que ocorreu a intervenção” (RUA, 2009, p. 116). Por conta disso, eles, que são mais amplos e capazes de mudanças transformadoras na realidade, não podem ser considerados como objetivo direto de uma política pública, mas apenas como expectativas. RUA (2009) ressalta que os gestores têm baixo grau de governabilidade sobre tais impactos; ao mesmo tempo em que não há uma evidenciação da cadeia causal entre a intervenção de seu(s) produto(s), seu(s) efeito(s) e os impactos; além de os diversos fatores envolvidos nas políticas dificultam a identificação e mensuração clara dos mesmos. Sob a ótica dos sistemas, as políticas públicas geram *outputs* e *outcomes*. Para RUA(2009) “o produto final – frequentemente denominado *output* – é sempre uma saída direta, objetivamente constatável da operação de um sistema”. Por outro lado, os efeitos, denominados *outcomes*, são as consequências geradas por um processo de intervenção, estando “diretamente relacionado com o produto final [...] e sempre expressando uma mudança em uma situação preexistente” (RUA, 2009, p. 115).

### Resultados e Discussão

Na experiência em estudo, o sistema de coleta seletiva solidária implantado na I.F.E.S pelo Plano de Ação (2012-2014) é o produto principal do Decreto 5.940/2006. Há evidências de que o sistema de coleta seletiva tem aspectos positivos e negativos que vem exigindo uma postura proativa da Administração do Campus, no que toca as oportunidades e fragilidades na implantação dessa coleta. No caso da I.F.E.S, o sistema de coleta seletiva exigiu apoio ativo e afirmativo à sua implantação. Há legitimidade, tanto legal (pelo Decreto 5.940/2006), quanto do ponto de vista institucional (apoio e participação da comunidade acadêmica e da Reitoria) e social (apoio das cooperativas que participam do projeto-piloto). Ao observar os *withinputs* dentro do sistema nota-se que há apoios do tipo ativo e passivo dentro da Instituição, ainda que afirmativos, principalmente em referência à participação dos diferentes Institutos Acadêmicos e da Reitoria. Todavia, há dificuldades para homologação de nomes de servidores para as Comissões Locais, por considerarem sobrecarga de trabalho. Ainda, há dificuldade em agregar aqueles que apoiam passivamente; fazer com que participem ativamente e que se engajem na proposta transformadora que o sistema estudado traz como oportunidade. As ações desenvolvidas pela I.F.E.S visam estruturar a coleta seletiva de maneira a induzir mudanças comportamentais e na mentalidade do corpo discente, docente e funcionários da Instituição de Ensino. Por conta disso, a mudança transformadora comportamental da comunidade acadêmica da instituição está diretamente ligada ao produto principal. Entendeu-se então, que para que haja mudanças na implantação de política pública de coleta seletiva, são necessárias modificações para além de uma única esfera. Assim, nos últimos 12 meses, a experiência objeto desta comunicação vem fomentando alianças com catadores e funcionários terceirizados da limpeza e especialista internos e externos. Há pistas de que uma política pública no âmbito da sustentabilidade socioambiental cunhada para catadores de materiais recicláveis pode promover resultados positivos na direção de mudanças transformadoras na gestão universitária. Como, por exemplo, revisão e inclusão no contrato da prestadora de serviço de limpeza, da Cláusula da obrigatoriedade da coleta seletiva solidária. Evitado resistências a execução do Ator Decreto por parte dos Atores do serviço de limpeza. Caberia esclarecer que quando denominamos o Decreto como um ator, estamos teoricamente e empiricamente nos apropriando de premissas do sociólogo Bruno Latour de que o termo ator é para além da pessoa humana. Além disso, para apresentar outro

ISSN 2236-0476

resultado do que afirmou RUA, desde o início da experiência duas presidentes de cooperativas de catadores foram as primeiras a se envolverem na construção do plano de ação. Cabe destacar como resultado a identificação de que a integração dos terceirizados-contratante, não é trivial. Considerando que a cultura na qual o prestador de serviço na I.F.E.S também se vê em posição desfavorável e prejudicados. Entendimento que os levam a resistirem a coleta e destinação para as cooperativas. Também, porque se utilizam dos resíduos descartados, como fonte de renda extra e temem perder. Logo a implantação do Decreto é árdua, requer persistência e paciência histórica. Seja por parte dos impactos da cultura dos trabalhadores internos bem como da dos catadores, em razão da cultura da exclusão social incentivada pela relação empregado-empregador, terceirizado-contratante. A superação desta dificuldade ainda não está resolvida, porém está a caminho. Foi intensiva e, é continuada a conscientização com participação dos catadores na sensibilização tanto da superior administração da Universidade de que é preciso cumprir a Lei, quanto à importância da coleta seletiva. Para tanto recorreu-se a aplicação da solidariedade técnica e da metodologia participativa, dialógica fundamentada nos princípios da economia de comunhão baseada na liberdade. Cultura da partilha, gratuidade, fraternidade, amor-recíproco, comunhão. Princípios e valores que possibilitaram voz ativa e participação nas decisões dos menos favorecidos. O processo de capacitação de 150 funcionários da limpeza da Universidade fundamentou uma ação conjunta com as duas presidentes de cooperativa de catadores em relação ao destino final de materiais recicláveis. Não somente a ação propriamente dita no contexto logístico da coleta seletiva, como também a propagação dessa conscientização. No período de dezembro de 2011 e janeiro de 2013, 630 pessoas foram impactadas com as ações da experiência.

### Conclusões

Pode-se apontar como impactos não previstos: a participação ativa dos funcionários de limpeza, que se dispuseram a operacionalizar a coleta seletiva experimental, sem os coletores para descartes; a adesão da cooperativa Cooperangel que se prontificou a recolher os resíduos descartáveis ainda sem o Edital. A inclusão da participação de catadores desde o Planejamento das Ações que influi no próprio andamento da política pública. Outro caso de impactos são os cartazes com os trabalhos acadêmicos, colocados em espaços de circulação, sobre a temática que vem se multiplicando. Além do engajamento de docentes que se colocaram à disposição para executar cursos de capacitação envolvendo o pessoal da limpeza e os catadores. É a Política Pública atingindo a inclusão de pessoas que antes não tinham espaços para obter conhecimentos e participar de capacitações no interior da Universidade. Esse trabalho buscou descrever e analisar mérito e relevância (impactos) da implantação de uma política de sustentabilidade socioambiental no campus universitário, que se utiliza da lógica do longo caminho curto. Por isso, das 51 atividades que constam do Plano de Ação, no período entre janeiro de 2012 e janeiro de 2013, três atividades programadas foram concluídas, 26 estão em curso e 22 não se iniciaram. O que se conclui parcialmente dessa pesquisa é que um sistema que articula gestão universitária demandada por uma política pública com educação ambiental transversal e transdisciplinar para a sustentabilidade socioambiental no campus universitário é um processo de médio e longo prazo, indispensável. A Universidade forma futuros profissionais que atuarão no mercado em diversas áreas, e que deverão estar aptos a ponderar e a tomar decisões que requerem a prática da ética socioambiental. Desse modo, é importante que o campus universitário sirva

ISSN 2236-0476

de exemplo/ modelo de administração e desenvolvimento sustentável, e que, a coerência da educação ambiental se faça necessária desde as construções, passando pelo entorno dos campi, salas de aulas, laboratórios de pesquisa e que todos os departamentos da Universidade estejam engajados nesse propósito. Tais procedimentos evitarão duas emblemáticas afirmativas que se obteve a partir daqueles que tem visão não interdependente: “isso é com a pró-reitoria de sustentabilidade socioambiental; “não acredito”, “já vi este filme”, “esse negócio é com a Comissão Central (3C2S) e Local” e “coleta seletiva solidária, e eu com isso? ”. Por fim, outra conclusão desta pesquisa é o investimento na possibilidade de desenvolvimento constante de pesquisas dentro do território dos campi. Como, por exemplo, o processo de articulação para cooperação entre partes de uma comunidade acadêmica e o processo organizacional para o cumprimento de um decreto. Além do tratamento dos resíduos produzidos pelo produtor-poluidor (a universidade), que consideramos um dever em se tratando de uma Escola de Educação Superior, que deve (deveria) ser proativa para obter soluções. Caso contrário, a lógica do curto caminho longo, isto é, a implantação apressada de coletores coloridos nas instalações da Universidade para “Inglês ver” pode ter como resultado o que se denominamos de Impacto Fake/Bumerangue.

## 5. Agradecimentos

Às cooperativas de materiais recicláveis Cooperangel (São João de Meriti), Coopcal (Complexo do Alemão), à Pró- Reitoria de Extensão e Cultura e ao Setor de Transporte da I.F.E.S. Aos funcionários da contratada de serviço de limpeza e ao gestor de contrato, que possibilitaram o curso da implantação de uma experiência piloto de coleta sem a aquisição do coletores seletivos.

## 6. Referências bibliográficas

- BRUNI, Luigino. **Economia de comunhão novas palavras em economia**. Vargem Grande Paulista: editora Cidade Nova, 2009.
- EASTON, David. **Uma teoria de análise política**. Tradução de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. CAPES: UAB, 2009.
- SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- THIOLLENT, Michel. **Pesquisa-ação**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2010.